

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

1000 Questões Comentadas - Lei Penal Extravagante, Dir. Penal e Dir. Processual Penal pl PE 2018

Professor: Alexandre Herculano

Aula 00 - Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97). Abuso de Autoridade (Lei n.º 4.898/65). Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90). Introdução ao Direito Penal. Princípios do Direito Penal. Disposições constitucionais aplicáveis. Introdução ao estudo do Processo Penal: Princípios do Direito Processual Penal. Aplicação da Lei processual penal. Disposições constitucionais. (parte I)

SUMÁRIO	PÁGINA
1. Apresentação	1
2. Cronograma	3
3. Questões propostas	6
4. Questões comentadas	25
4.1. Introdução ao Direito Penal. Princípios do Direito Penal. Disposições constitucionais aplicáveis.	25
4.2. Introdução ao estudo do Processo Penal: Princípios do Direito Processual Penal. Aplicação da Lei processual penal. Disposições constitucionais.	43
4.3. Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97).	54
4.4. Abuso de Autoridade (Lei n.º 4.898/65).	62
4.5. Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90).	69
5. Gabarito	78

Olá, meus amigos!

Meu nome é Alexandre Herculano e vamos iniciar o curso **1000 Questões Comentadas – Leis Penais, D. Penal e D. Proc. Penal, para o próximo concurso da Polícia Federal.**

Sou Analista, trabalho no Ministério da Justiça. Além desse, passei, também, para o TRT e TRF do Paraná, MPU, Polícia Civil (Inspetor de Polícia, Oficial de Cartório e Papiloscopista) do Rio de Janeiro, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Analista do STJ (Inspetor de Segurança) e

outros. Sou formado em Administração e Pós-Graduado em Gestão da Segurança Pública; e Pós-graduando em Perícia Criminal e Ciências Forenses. Atuei quatro anos na Secretaria Nacional de Segurança Pública, que fica em Brasília, assim, adquiri boa experiência nessa área, além de ter colaborado em cursos EAD para a Polícia Civil de vários Estados. Ministrei aulas para os concursos da PCMG, PCBA, IGC-SC, PCSP, PCGO, PCDF, PCRJ, PCPE, PRF e outros. Tivemos vários aprovados, logo, espero fazer parte do seu sucesso também!

Sobre o nosso curso, além das aulas em PDF, teremos **videoaulas**. Entretanto, nessas, estarei abordando os principais pontos, através de **“bizus” (jurisprudências, atualizações e dicas de memorização sobre o conteúdo abordado)**. Todas as questões serão fundamentadas, assim, vocês poderão fazer uma revisão de todos os pontos.

E aí estão animados? Espero que sim, pois é o primado para o sucesso nesta batalha. Quero dizer para vocês que estou nesta área (concurso público) há 11 anos, e passei por muitas dificuldades no estudo, pois tinha que conciliar com o trabalho, o qual tinha hora para entrar, contudo, não tinha para sair, rsrs...Era gerente de um grande banco, cito isso, já que sei que muitos têm que fazer o mesmo, logo, digo para vocês que é possível, acreditem!

Então, com relação ao nosso curso **selecionei questões dos últimos concursos da PRF, e de outros órgãos**. Pessoal qualquer dúvida recorram ao FÓRUM, será um prazer atendê-los, ok?

Para ter acesso a dicas e informações gratuitas, acesse as seguintes redes sociais:



Alexandre Herculano (professor)



Periscope

@prof_herculano

Este será o cronograma do nosso curso:

AULA	CONTEÚDO
Aula 0	Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97). Abuso de Autoridade (Lei n.º 4.898/65). Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90). Introdução ao Direito Penal. Princípios do Direito Penal. Disposições constitucionais aplicáveis. Introdução ao estudo do Processo Penal: Princípios do Direito Processual Penal. Aplicação da Lei processual penal. Disposições constitucionais. (parte I)
Aula 1	Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97). Abuso de Autoridade (Lei n.º 4.898/65). Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90). Introdução ao Direito Penal. Princípios do Direito Penal. Disposições constitucionais aplicáveis. Introdução ao estudo do Processo Penal: Princípios do Direito Processual Penal. Aplicação da Lei processual penal. Disposições constitucionais. (parte II)
Aula 2	Investigação Criminal (Lei nº 12.830/2013). Identificação Criminal (Lei n.º 12.037/2009). Apresentação e uso de documento de identificação pessoal (Lei nº 5.553/1968). Inquérito Policial. Aplicação da Lei Penal. Infração penal. Disposições preliminares do CP.
Aula 3	Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/03). Do Crime. Imputabilidade. Extinção da punibilidade. Ação Penal. Da Ação Civil.
Aula 4	Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013). Imputabilidade. Extinção da punibilidade. Provas (parte I).

Aula 5	Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989). Concurso de pessoas e concurso de crimes. Provas (parte II).
Aula 6	Crimes contra o Meio Ambiente (Lei n.º 9.605/98). Das Penas. Jurisdição e competência.
Aula 7	Lei "Maria da Penha" (Lei nº 11.340/2006). Crimes contra a pessoa. Da Prisão, Das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória.
Aula 8	Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90). Crimes contra o patrimônio. Sujeitos Processuais.
Aula 9	Interceptação das comunicações telefônicas (Lei 9.296/96). Prisão Temporária (Lei nº 7.960/89). Crimes contra a Ordem Tributária (Lei n.º 8.137/90). Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.
Aula 10	Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Substâncias Entorpecentes (Lei nº 11.343/2006). Crimes praticados por particular contra a administração em geral.
Aula 11	Das Infrações Penais no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90). Crimes contra a administração da Justiça. Crimes contra a administração pública estrangeira. Crimes contra as finanças públicas.
Aula 12	Crimes contra a fé pública. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003). Crimes contra a ordem econômica (Lei nº 8.176/1991). Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei nº 201/1967 e Lei nº 1.079/1950).
Aula 13	Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/95). Lei nº 10.259/2001 e alterações (juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal). Contravenções Penais (Decreto Lei nº 3.688/41).
Aula 14	Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/97 - Dos Crimes). Execução Penal (Lei n.º 7.210/84). Crimes contra a dignidade sexual.
Aula 15	Lavagem de Dinheiro (Lei n.º 9.613/98). Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei nº 7.492/1986). Crimes contra: a propriedade imaterial, a organização do trabalho, contra o sentimento religioso, contra o respeito aos mortos, contra a família, contra a incolumidade pública, contra a paz pública.

Aula 16	Crimes falimentares (Lei nº 11.101/2005). Crimes nas licitações e contratos da administração pública (Lei nº 8.666/1993). Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973).
Aula 17	Atribuições da polícia federal na persecução criminal: Lei nº 10.446/2002. Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965). Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967).
Aula 18	Processo: Processo comum. Procedimento pelos rito ordinário e sumário. Procedimento dos crimes da competência do Tribunal do Júri. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Proteção Intelectual do Programa de Computação. Recursos. Ações autônomas de impugnação. Habeas corpus.

Observação importante: este curso é protegido por direitos autorais (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos. Valorize o trabalho de nossa equipe adquirindo os cursos honestamente através do site Estratégia Concursos. ;-)

Então vamos começar. Mas antes percam seis minutinhos para assistir esse vídeo, tenho certeza que muitos irão se animar.

<http://www.youtube.com/watch?v=qZIPGfzhzVM>



Questões propostas

1) (2015 – CESPE - TJ-DFT - Técnico Judiciário – Administrativa) Acerca do crime e da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item que se segue.

A lei mais benéfica deve ser aplicada pelo juiz quando da prolação da sentença — em decorrência do fenômeno da ultratividade — mesmo já tendo sido revogada a lei que vigia no momento da consumação do crime.

2) (2015 – CESPE - TCE-RN – Auditor) Julgue o item a seguir, referentes à lei penal no tempo e no espaço e aos princípios aplicáveis ao direito penal.

A revogação de um tipo penal pela superveniência de lei descriminalizadora alcança também os efeitos extrapenais de sentença condenatória penal.

3) (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) Segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante acerca do direito penal, julgue o item subsequente.

Segundo o disposto no Código Penal (CP), a lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente se aplica aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. Trata-se do princípio da novatio legis in melius.

4) (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) Segundo entendimento do STJ, do STF e da

doutrina dominante acerca do direito penal, julgue o item subsequente.

As leis temporárias, diversamente das leis excepcionas, têm ultra-atividade

5) (2015 – FUNIVERSA – SEAP-DF – Agente de Atividades Penitenciárias) No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

De acordo com o princípio da territorialidade da lei penal, se um crime for cometido dentro de um navio público brasileiro, ainda que em alto-mar, o delito deverá ser julgado pela justiça brasileira.

6) (2015 – FUNIVERSA – SEAP-DF – Agente de Atividades Penitenciárias) No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

Consoante o princípio da nacionalidade ou da personalidade, os crimes contra a vida ou a liberdade do presidente da República, ainda que cometidos no estrangeiro, sujeitam-se à lei brasileira.

7) (2015 – FUNIVERSA – SEAP-DF – Agente de Atividades Penitenciárias) No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

Em atenção ao princípio ne bis in idem, a pena cumprida no estrangeiro deve atenuar a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela ser computada, quando idênticas.

8) (CESPE - 2013 - PG-DF - Procurador) À luz das fontes do direito penal e considerando os princípios a ele aplicáveis, julgue o item abaixo.

Segundo a jurisprudência do STF e do STJ, a aplicação do princípio da insignificância no direito penal está condicionada ao atendimento, concomitante, dos seguintes requisitos: primariedade do agente, valor do objeto material da infração inferior a um salário mínimo, não contribuição da vítima para a deflagração da ação criminosa, ausência de violência ou grave ameaça à pessoa.

9) (CESPE - 2013 - PRF - Policial Rodoviário Federal) Com relação aos princípios, institutos e dispositivos da parte geral do Código Penal (CP), julgue os itens seguintes.

Havendo conflito aparente de normas, aplica-se o princípio da subsidiariedade, que incide no caso de a norma descrever várias formas de realização da figura típica, bastando a realização de uma delas para que se configure o crime.

10) (FUNDEP - 2014 - TJ-MG – Juiz - adaptada) A respeito dos princípios que regem o direito penal brasileiro, julgue os itens.

O princípio da taxatividade, ao exigir lei com conteúdo determinado, resulta na proibição da criação de tipos penais abertos.

11) (UESPI - 2014 - PM-PI - Oficial da Polícia Militar - adaptada) Sobre os princípios constitucionais do Direito Penal, julgue os itens.

O princípio da intervenção mínima do Direito Penal encontra expressão no princípio da fragmentariedade e na teoria da imputação objetiva.

12) (CEPERJ - 2010 - SEFAZ-RJ - Oficial de Fazenda - adaptada) No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

No Direito Penal, a necessidade de a norma ser complementada por outra de nível diverso denomina-se norma penal em branco em sentido estrito.

13) (CESPE - 2015 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Judiciária) Com relação às fontes e aos princípios de direito penal, bem como à aplicação e interpretação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a opção correta.

- A) No Código Penal brasileiro, adota-se, com relação ao tempo do crime, a teoria da ubiquidade.
- B) A lei penal brasileira aplica-se ao crime perpetrado no interior de navio de guerra de pavilhão pátrio, ainda que em mar territorial estrangeiro, dado o princípio da territorialidade.
- C) Segundo a doutrina majoritária, os costumes e os princípios gerais do direito são fontes formais imediatas do direito penal.
- D) Dado o princípio da legalidade estrita, é proibido o uso de analogia em direito penal.

14) (FGV - 2014) O Presidente da República, diante da nova onda de protestos, decide, por meio de medida provisória, criar um novo tipo penal para coibir os atos de vandalismo. A medida provisória foi convertida em lei, sem impugnações. Com base nos dados fornecidos, assinale a opção correta.

- A) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, quando convertida em lei.
- B) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, pois houve avaliação prévia do Congresso Nacional.
- C) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não é possível a criação de tipos penais por meio de medida provisória.
- D) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não cabe ao Presidente da República a iniciativa de lei em matéria penal.

15) (FGV - 2012) Em relação ao princípio da insignificância, assinale a afirmativa correta.

- A) O princípio da insignificância funciona como causa de exclusão da culpabilidade. A conduta do agente, embora típica e ilícita, não é culpável.
- B) A mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica constituem, para o Supremo Tribunal Federal, requisitos de ordem objetiva autorizadores da aplicação do princípio da insignificância.
- c) A jurisprudência predominante dos tribunais superiores é acorde em admitir a aplicação do princípio da insignificância em crimes praticados com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa (a exemplo do roubo).
- D) O princípio da insignificância funciona como causa de diminuição de pena.

16) (CESPE - 2013 - DPE-ES - Defensor Público) O princípio da insignificância ou da bagatela exclui

- A) a punibilidade.
- B) a executividade.
- C) a tipicidade material.
- D) a ilicitude formal.
- E) a culpabilidade.

17) (2015 - FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) No que se refere ao direito processual penal, julgue o item, segundo o entendimento dos tribunais superiores e da doutrina dominante.

Ao ser interrogado, o acusado pode calar acerca dos fatos criminosos que lhe são imputados ou, ainda, e via de consequência do sistema de garantias constitucionais, negar a autoria delitiva, sem que isso dê ensejo à apenação criminal ou mesmo à valoração negativa dessas declarações pelo magistrado.

18) (CESPE – 2014 – CÂMARA DOS DEPUTADOS) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional positivo brasileiro, julgue o item a seguir.

Interceptações telefônicas — comumente chamadas de grampos — e gravações ambientais realizadas por autoridade policial, sem autorização judicial, ainda que em situações emergenciais, constituem violações aos princípios estruturantes do estado democrático de direito e da dignidade da pessoa humana.

19) (CESPE – 2013 – PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

Tratando-se de lei processual penal, não se admite, salvo para beneficiar o réu, a aplicação analógica.

20) (CESPE – 2013 – DEPEN – AGENTE PENITENCIÁRIO) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

Aos crimes militares aplicam-se as mesmas disposições do Código de Processo Penal, excluídas as normas de conteúdo penal que tratam de matéria específica diversa do direito penal comum.

21) (CESPE – 2013 – DEPEN – AGENTE PENITENCIÁRIO) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

A competência do Senado Federal para o julgamento do presidente da República nos crimes de responsabilidade constitui exceção ao princípio, segundo o qual devem ser aplicadas as normas processuais penais brasileiras aos crimes cometidos no território nacional.

22) (CESPE – 2013 – DEPEN – AGENTE PENITENCIÁRIO) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

Em regra, a norma processual penal prevista em tratado e (ou) convenção internacional, cuja vigência tenha sido regularmente admitida no ordenamento jurídico brasileiro, tem aplicação independentemente do Código de Processo Penal.

23) (CESPE – 2013 – DEPEN – AGENTE PENITENCIÁRIO) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

Considere que, diante de uma sentença condenatória e no curso do prazo recursal, uma nova lei processual penal tenha entrado em vigor, com previsão de prazo para a interposição do recurso diferente do anterior. Nessa situação, deverá ser obedecido o prazo estabelecido pela lei anterior, porque o ato processual já estava em curso.

24) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

Os efeitos causados pelo princípio constitucional da presunção de inocência no ordenamento jurídico nacional incluem a inversão, no processo penal, do ônus da prova para o acusador.

25) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

Entende-se por devido processo legal a garantia do acusado de não ser privado de sua liberdade em um processo que seguiu a forma estabelecida na lei; desse princípio deriva o fato de o descumprimento de qualquer formalidade pelo juiz ensejar a nulidade absoluta do processo, por ofensa a esse princípio.

26) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

Não se admite, por caracterizar ofensa ao princípio do contraditório e do devido processo legal, a concessão de medidas judiciais inaudita altera parte no processo penal.

27) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

O princípio da inocência está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 e estabelece que todas as pessoas são inocentes até que se prove o contrário, razão pela qual se admite a prisão penal do réu após a produção de prova que demonstre sua culpa.

28) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

A adoção do princípio da inércia no processo penal brasileiro não permite que o juiz determine, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante dos autos.

29) (2014 - CESPE - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Judiciária) Com relação à aplicação da lei processual no tempo, assinale a opção correta.

A) Lei processual penal anterior à nova lei continuará a ser aplicada nos processos que se iniciaram sob a sua vigência.

B) Nova lei processual penal retroage para alcançar os atos praticados na vigência da lei processual penal anterior.

C) Nova lei processual penal tem incidência imediata nos processos já em andamento.

D) Atos processuais realizados sob a vigência de lei processual penal anterior à nova lei serão considerados inválidos.

E) Nova lei processual penal será aplicada apenas aos processos que se iniciarem após a sua publicação.

30) (FGV - 2014) A lei processual penal

A) não admite aplicação analógica, em obediência ao princípio da legalidade estrita ou tipicidade expressa.

B) admite interpretação extensiva e o suplemento dos princípios gerais de direito, por expressa disposição legal.

C) tem aplicação imediata, devendo os atos praticados sob a vigência de lei anterior revogada ser renovados e praticados sob a égide na nova lei, sob pena de nulidade absoluta.

D) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, não vigorando, no direito processual penal, o princípio *tem pus regit actum*.

31) (2014 - CESPE - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Judiciária) Lei processual penal

A) não admite interpretação sistemática.

B) não admite aplicação analógica.

C) não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.

D) não deve ser interpretada sempre restritivamente.

E) não admite interpretação extensiva.

32) (2015 - CESPE - DPE-RN - Defensor Público Substituto) Assinale a opção correta a respeito dos sistemas de processo penal e da interpretação da lei processual penal segundo o CPP e o entendimento do STJ.

A) De acordo com o CPP, a analogia equivale à norma penal incriminadora, protegida pela reserva legal, razão pela qual não pode ser usada contra o réu.

- B) No sistema inquisitivo, a confissão é considerada a rainha das provas e predominam nele procedimentos exclusivamente escritos.
- C) A lei processual penal veda a interpretação extensiva para prejudicar o réu.
- D) A interpretação extensiva é um processo de integração por meio do qual se aplica a uma determinada situação para a qual inexistente hipótese normativa própria um preceito que regula hipótese semelhante.
- E) Para o uso da analogia, é importante considerar a natureza do diploma de onde se deve extrair a norma reguladora.

33) (2015 – CESPE – DEPEN - Agente Penitenciário Federal - Área 3) Com base na Lei Antitortura e na Lei contra Abuso de Autoridade, julgue o item subsequente.

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Um servidor público federal, no exercício de atividade carcerária, colocou em perigo a saúde física de preso em virtude de excesso na imposição da disciplina, com a mera intenção de aplicar medida educativa, sem lhe causar sofrimento. ASSERTIVA: Nessa situação, o referido agente responderá pelo crime de tortura.

34) (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) No que diz respeito à legislação penal extravagante, segundo entendimento do STJ e do STF, julgue o item.

A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição, para seu exercício, pelo triplo do prazo da pena aplicada.

35) (CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador) A respeito dos crimes contra a fé pública, contra a administração pública, de tortura e de abuso de autoridade, julgue os itens subsecutivos.

O crime de tortura é considerado crime comum, uma vez que não se exige qualidade ou condição especial do agente que o pratica, ou seja, qualquer pessoa pode ser considerada sujeito ativo desse crime.

36) (CESPE - 2004 - Polícia Federal - Escrivão da Polícia Federal - Regional) Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um agente de polícia civil foi condenado a 6 anos de reclusão pela prática de tortura contra preso que estava sob sua autoridade. Nessa situação, o policial condenado deve perder seu cargo público e, durante 12 anos, se-lhe-á vedado exercer cargos, funções ou empregos públicos.

37) (CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia) Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à delegacia de polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O delegado de polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental.

Considerando a situação hipotética acima e o disposto na Lei Federal n.º 9.455/1997, julgue os itens subsequentes.

O delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.

38) (CESPE - 2012 - PC-AL - Escrivão de Polícia) Acerca dos crimes de abuso de autoridade e de tortura, julgue os itens subsequentes.

Há concurso de crimes de abuso de autoridade e de tortura se, em um mesmo contexto, mas com desígnios autônomos, dois agentes torturam preso para que ele confesse a autoria de delito e, em seguida, o exibem, sem autorização, para as redes de televisão como suposto autor confesso do crime.

39) (CESPE - 2012 - TJ-AC - Técnico Judiciário - Área Judiciária) Acerca das leis penais extravagantes, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o magistério doutrinário e jurisprudencial dominantes.

Suponha que João, penalmente capaz, movido por sadismo, submeta Sebastião, com emprego de violência, a contínuo e intenso sofrimento físico, provocando-lhe lesão corporal de natureza gravíssima. Nessa situação, João deverá responder pelo crime de tortura e, se condenado, deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.

40) (2016 - UFMT - TJ-MT - Analista Judiciário - Direito) Em relação aos crimes de tortura, marque V para as afirmativas que correspondam ao tipo de crime descrito e F àquelas que não correspondem.

() Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

() Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

() Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.

() Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

Assinale a sequência correta.

- A) V, V, V, V
- B) F, V, F, V
- C) F, F, F, F
- D) V, F, V, F

41) (2015 - FGV - TJ-PI - Analista Judiciário -Escrivão Judicial) Ressalvada a situação daquele que se omite, quando tinha dever de evitar ou apurar, os condenados por crime de tortura, na forma da Lei nº 9.455/97, devem cumprir a pena em regime:

- A) integralmente fechado;
- B) inicialmente fechado;
- C) inicialmente semiaberto;
- D) inicialmente semiaberto, no caso de tortura vindicativa;
- E) aberto.

42) (2015 – CESPE – AGU - Advogado da União) No que se refere a crime de abuso de autoridade e ao seu processamento, julgue o próximo item.

O crime de abuso de autoridade, em todas as suas modalidades, é infração de menor potencial ofensivo, sujeitando-se seu autor às medidas despenalizadoras previstas na lei que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, desde que preenchidos os demais requisitos legais.

43) (FEPESE - 2014 - MPE-SC - Promotor de Justiça) Analise os enunciados das questões abaixo e assinale se ele é Certo ou Errado.

A Lei n. 4.898/65, que prevê os crimes de abuso de autoridade, é aplicável inclusive aos que exercem cargo, emprego ou função pública de natureza civil, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

44) (CESPE - 2014 - Câmara dos Deputados - Técnico Legislativo - Agente de Polícia Legislativa) Em relação aos crimes previstos na parte especial do Código Penal, ao crime de abuso de autoridade e ao que dispõem o Estatuto do Idoso e a Lei contra o Preconceito, julgue os próximos itens.

A sanção penal, em abstrato, prevista para o crime de abuso de autoridade consiste em multa, detenção ou perda de cargo e inabilitação para o exercício de função pública.

45) (CESPE - 2014 - Câmara dos Deputados - Técnico Legislativo - Agente de Polícia Legislativa) Em relação aos crimes previstos na parte especial do Código Penal, ao crime de abuso de autoridade e ao que dispõem o Estatuto do Idoso e a Lei contra o Preconceito, julgue os próximos itens.

No que se refere ao crime de abuso de autoridade, admitem-se as modalidades dolosa e culposa.

46) (CESPE - 2014 - Câmara dos Deputados - Técnico Legislativo - Agente de Polícia Legislativa) Em relação aos crimes previstos na parte especial do Código Penal, ao crime de abuso de autoridade e ao que dispõem o Estatuto do Idoso e a Lei contra o Preconceito, julgue os próximos itens.

O agente que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer a interesse ou sentimento pessoal cometerá o crime de abuso de autoridade.

47) (CESPE - 2013 - DEPEN - Agente Penitenciário) Em cada um dos itens de 33 a 36 é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965 e na Lei n.º 9.455/1997.

Marcelo, agente penitenciário federal, não ordenou o relaxamento da prisão de Bernardo, o qual se encontra preso sob sua custódia. Bernardo foi preso ilegalmente, fato esse que é de conhecimento de Marcelo. Nessa situação, é correto afirmar que Marcelo cometeu crime de abuso de autoridade.

48) (2016 - CESPE - TRT - 8ª Região - Analista judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) Com base na legislação penal, assinale a opção correta.

A) A representação prevista na lei que trata dos crimes de abuso de autoridade é mera notícia do fato criminoso, inexistindo condição de procedibilidade para a instauração da ação penal.

B) É facultado ao juiz determinar a cassação da licença de funcionamento do estabelecimento onde se verifique a submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, sem prejuízo das demais penas previstas para o crime.

C) A perda do cargo ou função pública constitui efeito automático da condenação do servidor público acusado da prática de crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.

D) A coabitação entre os sujeitos ativo e passivo é condição necessária para a aplicação da Lei Maria da Penha no âmbito das relações íntimas de afeto.

49) (2016 - CESPE - TJ-AM - Juiz Substituto) Com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965, que trata do crime de abuso de autoridade, e na jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

A) A pessoa física, mas não a pessoa jurídica, pode ser sujeito passivo do crime de abuso de autoridade.

- B) De acordo com o STJ, pode caracterizar abuso de autoridade a negativa infundada do juiz em receber advogado, durante o expediente forense, quando este estiver atuando em defesa do interesse de seu cliente.
- C) A representação da vítima, dirigida ao MP, é condição de procedibilidade para a instauração da ação penal referente ao crime de abuso de autoridade.
- D) Constitui abuso de autoridade submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento, ainda que o procedimento adotado pela autoridade policial esteja previsto em lei.
- E) Constitui crime de abuso de autoridade qualquer atentado à incolumidade física, psíquica e moral do indivíduo.

50) (2016 - CESPE - TJ-DF - Juiz) A respeito do crime de abuso de autoridade, assinale a opção correta à luz da atual legislação de regência.

- A) Em caso de abuso de autoridade cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, poderá ser cominada pena autônoma ou acessória, consistente em não poder o acusado exercer funções de natureza policial pelo prazo de um a cinco anos.
- B) O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade é toda autoridade pública, considerada como tal o funcionário público que exerça cargo, emprego ou função em caráter efetivo e remunerado.
- C) O mesário eleitoral exerce múnus público, motivo pelo qual não pratica o crime de abuso de autoridade, pois o encargo que lhe incumbe não é típico de autoridade pública.
- D) O particular não pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade, salvo se praticar o fato criminoso em concurso com o funcionário público e se tiver consciência dessa condição elementar.
- E) As ações penais relativas aos crimes de abuso de autoridade são públicas, condicionadas à representação da vítima.

51) (2015 – CESPE - TJ-DF - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) A respeito dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo de até terceiro grau, de agente da Polícia Rodoviária Federal e integrante do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, em razão dessa condição.

52) (CESPE - 2014 - TJ-SE - Analista Judiciário - Direito) Julgue os itens subsecutivos, acerca de crime e aplicação de penas.

Considere que um indivíduo tenha sido condenado por crime hediondo. Nesse caso, para que possa requerer progressão de regime de pena, esse indivíduo deve cumprir dois quintos da pena que lhe foi imputada, se for primário, e três quintos dessa pena, se for reincidente.

53) (CESPE - 2013 - PG-DF – Procurador) Com referência às penas e à sua aplicação, julgue os seguintes itens.

Desde que o STF declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2.º, § 1.º, da Lei n.º 8.072/1990 (“A pena por crime previsto neste artigo [crime hediondo] será cumprida inicialmente em regime fechado”), não é mais obrigatória a fixação do regime inicial fechado para o condenado pelo crime de tráfico de entorpecentes, podendo a pena privativa de liberdade ser substituída por restritivas de direitos quando o réu for primário e sem antecedentes e não ficar provado que ele se dedique ao crime ou esteja envolvido com organização criminosa.

54) (CESPE - 2013 - SEGESP-AL – Papiloscopista) Julgue os itens a seguir, acerca de crimes contra a administração pública, crimes hediondos e crimes contra a pessoa.

É vedada a concessão de fiança à pessoa plenamente capaz que cometer homicídio simples, por ser considerado crime hediondo, e a pena a ser aplicada nesse caso será cumprida no regime inicialmente fechado.

55) (CESPE - 2013 - PRF - Policial Rodoviário Federal) No que se refere aos delitos previstos na parte especial do CP, julgue os itens.

Considera-se crime hediondo o homicídio culposo na condução de veículo automotor, quando comprovada a embriaguez do condutor.

56) (CESPE - 2013 - DEPEN - Agente Penitenciário) No tocante à Lei n.º 10.826/2003 e aos crimes hediondos, julgue os itens que se seguem.

Considere que um indivíduo, reincidente, seja condenado, definitivamente, a quinze anos de reclusão em regime inicial fechado, devido à prática de crime hediondo. Nessa situação, é correto afirmar que esse indivíduo somente progredirá de regime do cumprimento da pena após cumprir nove anos de reclusão.

57) (2015 - FGV - TJ-PI - Analista Judiciário - Oficial de Justiça e Avaliador) Constituem crimes hediondos, EXCETO:

- A) homicídio em atividade típica de grupo de extermínio praticada por um agente só;
- B) epidemia com resultado morte;
- C) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável;
- D) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal;
- E) lesão corporal seguida de morte, quando praticada contra integrante do sistema prisional.

58) (2015 - FUNIVERSA - PC-DF - Delegado de Polícia) A respeito dos crimes hediondos, assinale a alternativa correta com base na legislação de regência.

- A) O crime de epidemia com resultado morte não é considerado hediondo.
- B) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto, embora lhes seja admitida fiança.
- C) A pena do condenado por crime hediondo deverá ser cumprida em regime integralmente fechado, apesar de haver precedente jurisprudencial em que se admite o cumprimento da pena em regime inicialmente fechado.
- D) Se o crime hediondo de extorsão mediante sequestro for cometido por quadrilha ou bando, o coautor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, será beneficiado com a redução da pena de um a dois terços.
- E) Entre os crimes hediondos previstos na lei, apenas as condutas consumadas são consideradas hediondas; as tentadas configuram a modalidade simples de crime.

Questões comentadas

Introdução ao Direito Penal. Princípios do Direito Penal. Disposições constitucionais aplicáveis

1) (2015 – CESPE - TJ-DFT - Técnico Judiciário – Administrativa) Acerca do crime e da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item que se segue.

A lei mais benéfica deve ser aplicada pelo juiz quando da prolação da sentença — em decorrência do fenômeno da ultratividade — mesmo já tendo sido revogada a lei que vigia no momento da consumação do crime.

Comentários:

Pessoal, aproveitando a questão, vamos falar um pouco sobre a Lei Penal no Tempo. Segundo o art. 2º do CP, **ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime**, cessando em virtude dela a execução e **os efeitos penais** da sentença condenatória. Aqui, já chamo a atenção de vocês, **e os efeitos extrapenais**? Esses permanecem. Ok? Por exemplo, uma pessoa que tenha os efeitos penais cessados pode responder civilmente pelos danos causados.

Seguindo, o parágrafo único desse mesmo artigo, deixa evidente que a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. Daqui, podemos falar sobre algumas situações importantes para prova de vocês, vejamos:

- ✓ **Abolitio criminis** - é o caso de supressão da figura criminosa. A lei nova (mais benigna) retroagirá, alcançando os fatos passados;
- ✓ **Novatio legis in mellius** - diferentemente da abolitio criminis, nesta hipótese, o fato continua sendo criminoso,

porém, tratado de maneira mais branda. Deverá retroagir para beneficiar o réu.

- ✓ **Novatio legis in pejus** - é o caso da lei posterior mais rigorosa. Por agravar a situação do agente, não pode retroagir. Será aplicada a lei revogada, chama-se, isso, de ultra-atividade da lei.

Gabarito: C.

2) (2015 – CESPE - TCE-RN – Auditor) Julgue o item a seguir, referentes à lei penal no tempo e no espaço e aos princípios aplicáveis ao direito penal.

A revogação de um tipo penal pela superveniência de lei descriminalizadora alcança também os efeitos extrapenais de sentença condenatória penal.

Comentários:

Após a explicação acima, acredito que tenha ficado mais fácil esta questão. Segundo o art. 2º do CP, **ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime**, cessando em virtude dela a execução e **os efeitos penais** da sentença condenatória. Aqui, já chamo a atenção de vocês, **e os efeitos extrapenais**? Esses permanecem. Ok? Por exemplo, uma pessoa que tenha os efeitos penais cessados pode responder civilmente pelos danos causados.

Gabarito: E.

3) (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) Segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante acerca do direito penal, julgue o item subsequente.

Segundo o disposto no Código Penal (CP), a lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente se aplica aos fatos anteriores, ainda que

decididos por sentença condenatória transitada em julgado. Trata-se do princípio da *novatio legis in melius*.

Comentários:

Conforme já vimos, a *novatio legis in melius* é tratada no parágrafo único do artigo 2º do Código Penal, segundo o qual a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Gabarito: C.

4) (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) Segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante acerca do direito penal, julgue o item subsequente.

As leis temporárias, diversamente das leis excepcionais, têm ultra-atividade

Comentários:



Lei penal temporária é aquela que o seu termo final é explicitamente previsto em data certa do calendário. É o caso da Lei conhecida como "Lei Geral da Copa do Mundo (12.663/12)". Já a **lei penal excepcional**, por outro lado, é a que se verifica quando a sua duração está relacionada a situações de anormalidade. Nessas normas, as circunstâncias de prazo (lei temporária) e de emergência (lei excepcional) são elementos temporais do próprio fato típico, e, por isto, são ultra-ativas. Isso significa que é possível a aplicação das leis mesmo depois de revogadas.

Gabarito: E.

5) (2015 – FUNIVERSA – SEAP-DF – Agente de Atividades Penitenciárias) No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

De acordo com o princípio da territorialidade da lei penal, se um crime for cometido dentro de um navio público brasileiro, ainda que em alto-mar, o delito deverá ser julgado pela justiça brasileira.

Comentários:

Isso mesmo pessoal, segundo o art. 5º do CP, aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. Já o seu § 1º, deixa evidente que para os efeitos penais, **consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem**, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar. Tratando-se de **extraterritorialidade**, a doutrina menciona alguns princípios. Vejamos:

- ✓ **Princípio da Territorialidade:** a lei penal de um país terá aplicação aos crimes cometidos dentro de seu território. Aqui o Estado tem o dever de exercer jurisdição sobre as pessoas que estejam em seu território;
- ✓ **Princípio da Nacionalidade Ativa:** aplica-se a lei nacional ao cidadão que comete crime no estrangeiro, independentemente da nacionalidade do sujeito passivo ou do bem jurídico lesado;

- ✓ **Princípio da Nacionalidade Passiva:** o fato praticado pelo nacional deve atingir um bem jurídico de seu próprio estado ou de um concidadão;
- ✓ **Princípio da Defesa, Real ou de Proteção:** aqui se leva em consideração a nacionalidade do bem jurídico lesado (sujeito passivo), independentemente da nacionalidade do sujeito ativo ou do local da prática do crime;
- ✓ **Princípio da Justiça Penal Universal ou da Universalidade:** aqui, todo Estado tem o direito de punir todo e qualquer crime, independentemente da nacionalidade do criminoso ou do bem jurídico lesado, ou do local em que o crime foi praticado, bastando que o criminoso se encontre dentro do seu território. Assim, quem quer que seja que cometa crime dentro do território nacional será processado e julgado aqui;
- ✓ **Princípio da Representação:** a lei penal brasileira também será aplicada aos delitos cometidos em aeronaves e embarcações privadas brasileiras quando se encontrarem no estrangeiro e aí não venham a ser julgados.

Gabarito: C.

6) (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

Consoante o princípio da nacionalidade ou da personalidade, os crimes contra a vida ou a liberdade do presidente da República, ainda que cometidos no estrangeiro, sujeitam-se à lei brasileira.

Comentários:

Aqui cabe o Princípio da Defesa, Real ou de Proteção. Tratando-se de **extraterritorialidade**, a doutrina menciona alguns princípios. Vejamos:

- ✓ **Princípio da Territorialidade:** a lei penal de um país terá aplicação aos crimes cometidos dentro de seu território. Aqui o Estado tem o dever de exercer jurisdição sobre as pessoas que estejam em seu território;
- ✓ **Princípio da Nacionalidade Ativa:** aplica-se a lei nacional ao cidadão que comete crime no estrangeiro, independentemente da nacionalidade do sujeito passivo ou do bem jurídico lesado;
- ✓ **Princípio da Nacionalidade Passiva:** o fato praticado pelo nacional deve atingir um bem jurídico de seu próprio estado ou de um concidadão;
- ✓ **Princípio da Defesa, Real ou de Proteção:** aqui se leva em consideração a nacionalidade do bem jurídico lesado (sujeito passivo), independentemente da nacionalidade do sujeito ativo ou do local da prática do crime;
- ✓ **Princípio da Justiça Penal Universal ou da Universalidade:** aqui, todo Estado tem o direito de punir todo e qualquer crime, independentemente da nacionalidade do criminoso ou do bem jurídico lesado, ou do local em que o crime foi praticado, bastando que o criminoso se encontre dentro do seu território. Assim, quem quer que seja que cometa crime dentro do território nacional será processado e julgado aqui;
- ✓ **Princípio da Representação:** a lei penal brasileira também será aplicada aos delitos cometidos em aeronaves e embarcações privadas brasileiras quando se encontrarem no estrangeiro e aí não venham a ser julgados.

Gabarito: E.

7) (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

Em atenção ao princípio *ne bis in idem*, a pena cumprida no estrangeiro deve atenuar a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela ser computada, quando idênticas.

Comentários:

Meus caros, segundo o art. 8º do CP, a pena cumprida no estrangeiro **atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime**, quando diversas, **ou nela é computada**, quando idênticas. Logo, pode perfeitamente ocorrer que o agente tenha sido processado, julgado e condenado tanto pela lei brasileira como pela estrangeira, cumprindo no estrangeiro total ou parcialmente a pena. Segundo a doutrina, dois fatores devem ser considerados aqui: a quantidade e a qualidade das penas. Se da mesma qualidade, a sanção aplicada no Brasil será reduzida a pena cumprida no exterior, se de qualidade diversa, a questão fica a critério do magistrado.

Gabarito: C.

8) (CESPE - 2013 - PG-DF - Procurador) À luz das fontes do direito penal e considerando os princípios a ele aplicáveis, julgue o item abaixo.

Segundo a jurisprudência do STF e do STJ, a aplicação do princípio da insignificância no direito penal está condicionada ao atendimento, concomitante, dos seguintes requisitos: primariedade do agente, valor do objeto material da infração inferior a um salário mínimo, não contribuição da vítima para a deflagração da ação criminosa, ausência de violência ou grave ameaça à pessoa.

Comentários:

O princípio da insignificância está baseado nos valores da política criminal. Trata-se de uma **causa de exclusão da tipicidade**, desempenhando uma interpretação restritiva do tipo penal.



Fiquem atentos, pois tem sido cobrado nos concursos que para o **STF** a **mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica constituem os requisitos de ordem objetiva** autorizadores da **aplicação desse princípio**.

O princípio da insignificância, segundo a doutrina, tem aplicação a qualquer espécie de crime com ele compatível, e não apenas aos crimes contra o patrimônio. O STF já decidiu que aplica-se, este princípio, até mesmo, num peculato caso seja enquadrado nos requisitos acima. Entretanto, **o STJ** possui entendimento diverso, **no sentido da inadmissibilidade do princípio da insignificância no tocante aos crimes contra a Administração Pública**.

Nos crimes previstos **na Lei de Drogas**, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça são contrários à utilização do princípio da insignificância, visto que se cuida de delito de perigo abstrato praticado contra a saúde pública.

Gabarito: E.

9) (CESPE - 2013 - PRF - Policial Rodoviário Federal) Com relação aos princípios, institutos e dispositivos da parte geral do Código Penal (CP), julgue os itens seguintes.

Havendo conflito aparente de normas, aplica-se o princípio da subsidiariedade, que incide no caso de a norma descrever várias formas de realização da figura típica, bastando a realização de uma delas para que se configure o crime.

Comentários:

No cenário do conflito existe uma ilusória ideia de que duas ou mais leis podem ser aplicadas ao mesmo fato, o que não é verdade, necessitando-se conhecer os critérios para a correta aplicação da lei penal. Dessa forma, o conflito entre normas penais é apenas aparente, convém conhecer os princípios que permitem solucioná-los, assim, são, fundamentalmente:

- ✓ **da especialidade;**
- ✓ **da subsidiariedade;**
- ✓ **da absorção (consunção);**
- ✓ **da alternatividade.**

E o caso apresentado pelo examinador é o da alternatividade.

Gabarito: E.

10) (FUNDEP - 2014 - TJ-MG – Juiz - adaptada) A respeito dos princípios que regem o direito penal brasileiro, julgue os itens.

O princípio da taxatividade, ao exigir lei com conteúdo determinado, resulta na proibição da criação de tipos penais abertos.

Comentários:

Negativo, pois segundo princípio da taxatividade, as condutas típicas, merecedoras de punição, **devem ser suficientemente claras e bem elaboradas**, de modo a não deixar dúvida por parte do destinatário da norma. A construção de tipos penais incriminadores dúbios **pode dar ensejo ao abuso do Estado** na invasão da intimidade e da esfera de liberdade dos indivíduos. E como bem colocado pela doutrina, "se não fossem os tipos taxativos – limitativos, restritivos, precisos – e de nada adiantaria adotar o princípio da legalidade ou da reserva legal". Este é um princípio decorrente, nitidamente, da legalidade. O princípio da

taxatividade encontra flexibilizações nas figuras da norma penal em branco e do tipo penal aberto.

Gabarito: E.

**11) (UESPI - 2014 - PM-PI - Oficial da Polícia Militar - adaptada)
Sobre os princípios constitucionais do Direito Penal, julgue os itens.**

O princípio da intervenção mínima do Direito Penal encontra expressão no princípio da fragmentariedade e na teoria da imputação objetiva.

Comentários:



Essa assertiva vem do princípio da anterioridade, assim, a lei penal produz efeitos a partir da data em que entra em vigor. Assim, deriva a sua irretroatividade: não se aplica a comportamentos pretéritos, salvo para beneficiar o réu. **Muito importante para sua prova** é que, **fica proibida a aplicação da lei penal inclusive aos fatos praticados durante seu período de vacatio** (o período que decorre entre o dia da publicação de uma lei e o dia em que ela entra em vigor). Mesmo já publicada e vigente, a lei ainda não estará em vigor e não alcançará as condutas praticadas nesse período de tempo. Já no caso do princípio da intervenção mínima, o Estado, respeitada a prévia legalidade dos delitos e das penas, pode criar tipos penais iníquos e instituir penas vexatórias à dignidade da pessoa humana. Assim, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu: *"A missão do Direito Penal moderno consiste em tutelar os bens jurídicos mais relevantes. Em decorrência disso, a intervenção penal deve ter o caráter fragmentário, protegendo apenas os bens jurídicos mais importantes e em casos de lesões de maior gravidade."*

Gabarito: E.

12) (CEPERJ - 2010 - SEFAZ-RJ - Oficial de Fazenda - adaptada)
No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

No Direito Penal, a necessidade de a norma ser complementada por outra de nível diverso denomina-se norma penal em branco em sentido estrito.

Comentários:

A norma penal em branco é também **denominada de cega ou aberta**, e assim chamada, pois, trata-se da lei penal cuja definição da conduta criminosa depende complementação, **seja por outra lei, seja por ato da Administração Pública**, como por exemplo, a Portaria da ANVISA/MS indicando os tipos de drogas proibidas. A norma penal em branco, segundo a doutrina, divide-se em:

- ✓ **Lei penal em branco em sentido lato ou homogênea:** o complemento **tem a mesma natureza jurídica** e provém do mesmo órgão que elaborou a lei penal incriminadora;
- ✓ **Lei penal em branco em sentido estrito ou heterogênea:** o complemento **tem natureza jurídica diversa e emana de órgão distinto daquele que elaborou a lei penal incriminadora**. É o caso dos crimes previstos na Lei de Drogas -, editada pelo Poder Legislativo federal, mas complementada por portaria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária pertencente ao Poder Executivo, pois nela está a relação das drogas.

Gabarito: C.

13) (CESPE - 2015 - TRE-MT - Analista Judiciário - Área Judiciária)
Com relação às fontes e aos princípios de direito penal, bem como

à aplicação e interpretação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a opção correta.

- A) No Código Penal brasileiro, adota-se, com relação ao tempo do crime, a teoria da ubiquidade.
- B) A lei penal brasileira aplica-se ao crime perpetrado no interior de navio de guerra de pavilhão pátrio, ainda que em mar territorial estrangeiro, dado o princípio da territorialidade.
- C) Segundo a doutrina majoritária, os costumes e os princípios gerais do direito são fontes formais imediatas do direito penal.
- D) Dado o princípio da legalidade estrita, é proibido o uso de analogia em direito penal.

Comentários:

Com relação ao tempo do crime, adota-se a teoria da atividade. Já no lugar do crime a teoria da ubiquidade (**L.U.T.A**). Com relação a nossa resposta, letra "B", é preciso saber que O CP limita o campo de validade da lei penal com observância de dois vetores fundamentais: a territorialidade (art. 5º) e a extraterritorialidade (art. 7º). Com base neles se estabelecem princípios que buscam solucionar os conflitos de leis penais no espaço. A territorialidade é a regra. Excepcionalmente, admitem-se outros princípios para o caso de extraterritorialidade, que são os da personalidade, do domicílio, da defesa, da justiça universal e da representação.

As regras do art. 7º do CP são importantes para prova de vocês. Vejamos:

*"Art. 7º - Ficam **sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro**: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)*

I - os crimes: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública,

sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

II - os crimes: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

b) praticados por brasileiro; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

§ 1º - Nos casos do inciso I, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

§ 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

a) entrar o agente no território nacional; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

b) ser o fato punível também no país em que foi praticado; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

§ 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as

condições previstas no parágrafo anterior: (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

a) não foi pedida ou foi negada a extradição; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

b) houve requisição do Ministro da Justiça. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)"

No caso da letra "C", é preciso saber que no Direito Penal, fonte representa não só a origem, mas também a forma de manifestação da lei penal. Por tal motivo, as fontes são divididas em formais ou materiais.

- ✓ **Fontes materiais, substanciais ou de produção:** são os órgãos constitucionalmente encarregados de elaborar o Direito Penal. Essa tarefa é precipuamente da União (art. 22, I, da CF). Lei complementar da União pode autorizar os Estados-membros a legislar sobre questões específicas, de interesse local (CF, art. 22, parágrafo único);
- ✓ **Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento:** são os modos pelos quais o Direito Penal se revela. Subdividem-se em:
 - **Fonte formal imediata:** é a lei, regra escrita concretizada pelo Poder Legislativo em consonância com a forma determinada pela CF. Enseja a produção da norma e torna obrigatório o seu cumprimento. É a única fonte formal imediata, pois somente a lei pode criar crimes e cominar penas (princípio da reserva legal).
 - **Fontes formais mediatas ou secundárias:** são os costumes, os princípios gerais do Direito e os atos administrativos.

No caso da letra "D", a legalidade estrita é determinada pela Carta Suprema de 1988, determinando a criação de lei exaustiva, para regular determinada matéria, excluindo, assim, de seu âmbito a possibilidade de aplicação da discricionariedade normativa. O examinador erra ao mencionar que não é permitido a analogia no direito penal, o que não é

permitido, é o emprego da analogia para ampliar o âmbito de incidência da norma incriminadora; pois, conforme o princípio da legalidade estrita, previsto no art. 5º, XXXIX, da CF e art. 1º do CP, a tutela penal se limita apenas àquelas condutas previamente definidas em lei. Outra coisa, a analogia in bonam partem, que é aquela pela qual se aplica ao caso omissivo uma lei favorável ao réu, reguladora de caso semelhante, é permitida no Direito Penal.

Gabarito: B.

14) (FGV - 2014) O Presidente da República, diante da nova onda de protestos, decide, por meio de medida provisória, criar um novo tipo penal para coibir os atos de vandalismo. A medida provisória foi convertida em lei, sem impugnações. Com base nos dados fornecidos, assinale a opção correta.

- A) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, quando convertida em lei.
- B) Não há ofensa ao princípio da reserva legal na criação de tipos penais por meio de medida provisória, pois houve avaliação prévia do Congresso Nacional.
- C) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não é possível a criação de tipos penais por meio de medida provisória.
- D) Há ofensa ao princípio da reserva legal, pois não cabe ao Presidente da República a iniciativa de lei em matéria penal.

Comentários:

O princípio da legalidade ou reserva legal estabelece que os tipos penais **só podem ser elaborados por lei em sentido estrito**, ficando afastada, assim, a possibilidade de a lei penal ser criada por outras formas legislativas que não a lei em sentido formal. A opção "D", poderia confundir alguns candidatos, entretanto, na parte que se afirma que o presidente da República não dispõe do poder de iniciativa em matéria penal está errada.

Gabarito: C.

15) (FGV - 2012) Em relação ao princípio da insignificância, assinale a afirmativa correta.

- A) O princípio da insignificância funciona como causa de exclusão da culpabilidade. A conduta do agente, embora típica e ilícita, não é culpável.
- B) A mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica constituem, para o Supremo Tribunal Federal, requisitos de ordem objetiva autorizadores da aplicação do princípio da insignificância.
- c) A jurisprudência predominante dos tribunais superiores é acorde em admitir a aplicação do princípio da insignificância em crimes praticados com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa (a exemplo do roubo).
- D) O princípio da insignificância funciona como causa de diminuição de pena.

Comentários:



A primeira opção está errada, **já que o princípio da insignificância funciona como causa supralegal de exclusão** (STJ). Na segunda e na nossa resposta (letra "B"), está correta, pois são requisitos (STF) necessários ao reconhecimento do princípio da insignificância:

- ✓ mínima ofensividade da conduta;
- ✓ nenhuma periculosidade social da ação;
- ✓ reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e
- ✓ inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Só chamo atenção de vocês para não esquecerem que são requisitos de ordem objetiva, e não subjetiva.

No caso da letra "C", a jurisprudência dos tribunais superiores mencionam ser inaplicável o princípio da insignificância nas hipóteses de cometimento de crime de roubo. E na letra D, que também está errada, funciona como causa de exclusão da tipicidade material.

Aproveitando a questão, vale a pena destacar alguns crimes que a jurisprudência **rejeita a aplicação do princípio da insignificância**. Vejamos:

- ✓ **Lesão corporal** - em um julgado, o STJ não aplicou o princípio da insignificância. O caso envolvia lesões corporais em ambiente familiar. Afirmou-se que a violência física é incompatível com os vetores da insignificância;
- ✓ **Roubo** - não se aplica ao crime de roubo porque se trata de delito complexo que envolve patrimônio, **grave ameaça e a integridade física** e psicológica da vítima, havendo, portanto, interesse estatal na sua repressão;
- ✓ **Tráfico de drogas** - não se aplica ao tráfico de drogas, pois, tratar-se de crime de perigo abstrato ou presumido, sendo portanto, irrelevante a quantidade de droga apreendida;
- ✓ **Moeda falsa** - Mesmo que seja apenas uma nota e de pequeno valor, não se aplica o princípio por tratar-se de delito contra a fé pública. O bem violado é a fé pública, a qual é um bem intangível e que corresponde à confiança que a população deposita em sua moeda, não se tratando, assim, da simples análise do valor material por ela representado.

Gabarito: B.

16) (CESPE - 2013 - DPE-ES - Defensor Público) O princípio da insignificância ou da bagatela exclui

- A) a punibilidade.
- B) a executividade.
- C) a tipicidade material.
- D) a ilicitude formal.

E) a culpabilidade.

Comentários:

Trata-se de jurisprudência do STF. Vejamos:

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGÍTIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL - CONSEQÜENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - TENTATIVA DE FURTO SIMPLES (CP, ART. 155, "CAPUT") DE CINCO BARRAS DE CHOCOLATE - "RES FURTIVA" NO VALOR (ÍNFIMO) DE R\$ 20,00 (EQUIVALENTE A 4,3% DO SALÁRIO MÍNIMO ATUALMENTE EM VIGOR) - DOCTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - "HABEAS CORPUS" CONCEDIDO PARA ABSOLVER O PACIENTE. O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: "DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR". - O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. - O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social. **O princípio da insignificância qualifica-se como fator de descaracterização material da tipicidade penal.** - O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada esta na perspectiva de seu caráter material.

(...)

(HC 98.152 -MG, 2.^a T., rel. Celso de Mello, 19.05.2009, v.u.).

Gabarito: C.

Introdução ao estudo do Processo Penal: Princípios do Direito Processual Penal. Aplicação da Lei processual penal. Disposições constitucionais

17) (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) No que se refere ao direito processual penal, julgue o item, segundo o entendimento dos tribunais superiores e da doutrina dominante.

Ao ser interrogado, o acusado pode calar acerca dos fatos criminosos que lhe são imputados ou, ainda, e via de consequência do sistema de garantias constitucionais, negar a autoria delitiva, sem que isso dê ensejo à penação criminal ou mesmo à valoração negativa dessas declarações pelo magistrado.

Comentários:

Meus caros, segundo a jurisprudência, os artigos 5^o, inciso LXIII, da Constituição Federal e 186 do Código de Processo Penal conferem ao acusado o direito ao silêncio ou à não autoincriminação, permitindo que, por ocasião de seu interrogatório, cale acerca dos fatos criminosos que lhe são imputados, ou ainda, e via de consequência do sistema de garantias constitucionais, negue a autoria delitiva, sem que isso dê ensejo à a penação criminal ou mesmo valoração negativa dessas declarações pelo togado singular, que poderá, no máximo, desconsiderá-las quando do cotejo com os demais elementos probatórios colacionados.

Gabarito: C.

18) (CESPE – 2014 – CÂMARA DOS DEPUTADOS) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional positivo brasileiro, julgue o item a seguir.

Interceptações telefônicas — comumente chamadas de grampos — e gravações ambientais realizadas por autoridade policial, sem autorização judicial, ainda que em situações emergenciais, constituem violações aos princípios estruturantes do estado democrático de direito e da dignidade da pessoa humana.

Comentários:

O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, salvo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. A violação desse direito constitui violação aos princípios basilares da Constituição Federal.

Gabarito: C.

19) (CESPE – 2013 – PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

Tratando-se de lei processual penal, não se admite, salvo para beneficiar o réu, a aplicação analógica.

Comentários:

A aplicação analógica é admitida no processo penal, independentemente de beneficiar ou não o réu, pois o art. 3º do CP menciona que a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

Gabarito: E.

20) (CESPE – 2013 – DEPEN – AGENTE PENITENCIÁRIO) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

Aos crimes militares aplicam-se as mesmas disposições do Código de Processo Penal, excluídas as normas de conteúdo penal que tratam de matéria específica diversa do direito penal comum.

Comentários:

Pessoal, o Código de Processo Penal só é aplicável de forma subsidiária. Existe norma específica (Código de Processo Penal Militar) para os processos nos crimes militares.

Gabarito: E.

21) (CESPE – 2013 – DEPEN – AGENTE PENITENCIÁRIO) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

A competência do Senado Federal para o julgamento do presidente da República nos crimes de responsabilidade constitui exceção ao princípio, segundo o qual devem ser aplicadas as normas processuais penais brasileiras aos crimes cometidos no território nacional.

Comentários:

Isso mesmo! Os crimes praticados no território nacional aplicam-se as normas de direito processual penal brasileiro. E, no caso de **crime de responsabilidade do Presidente da República**, o julgamento compete ao Senado Federal.

Gabarito: C.

22) (CESPE – 2013 – DEPEN – AGENTE PENITENCIÁRIO) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

Em regra, a norma processual penal prevista em tratado e (ou) convenção internacional, cuja vigência tenha sido regularmente admitida no ordenamento jurídico brasileiro, tem aplicação independentemente do Código de Processo Penal.

Comentários:

Então, o art. 1º do Código de Processo Penal, deixa claro que o processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, ressalvados, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.

Gabarito: C.

23) (CESPE – 2013 – DEPEN – AGENTE PENITENCIÁRIO) À luz dos princípios fundamentais de direito constitucional e processual penal, julgue o item a seguir.

Considere que, diante de uma sentença condenatória e no curso do prazo recursal, uma nova lei processual penal tenha entrado em vigor, com previsão de prazo para a interposição do recurso diferente do anterior. Nessa situação, deverá ser obedecido o prazo estabelecido pela lei anterior, porque o ato processual já estava em curso.

Comentários:

As normas que alteram prazos recursais são normas meramente materiais, logo, não retroagem. Dessa forma, se já se iniciou o curso do prazo recursal, o prazo permanece o mesmo, de forma que a lei processual penal somente afetará os atos futuros.

Gabarito: C.

24) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

Os efeitos causados pelo princípio constitucional da presunção de inocência no ordenamento jurídico nacional incluem a inversão, no processo penal, do ônus da prova para o acusador.

Comentários:



Previsto no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, significa dizer que ninguém será considerado culpado senão após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Este princípio possui dois desdobramentos: o primeiro, de tratamento, e, por esta razão, o réu não pode ser tratado como culpado, enquanto não advir o trânsito em julgado da condenação. Por isto, não é possível a execução provisória da pena, salvo para a concessão de benefícios penais. O segundo desdobramento é de cunho probatório, vale dizer que, por força deste princípio, deve recair sobre a acusação o ônus de provar a culpabilidade do réu.

Gabarito: C.

25) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

Entende-se por devido processo legal a garantia do acusado de não ser privado de sua liberdade em um processo que seguiu a forma estabelecida na lei; desse princípio deriva o fato de o descumprimento de qualquer formalidade pelo juiz ensejar a nulidade absoluta do processo, por ofensa a esse princípio.

Comentários:

Obedecendo o procedimento previsto na norma, não há violação ao devido processo legal, podendo o acusado ser privado de sua liberdade e de seus bens. Nos termos do art. 5º, LIV, CF, "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal". O processo é expressão de garantia contra eventuais arbítrios perpetrados pelo Estado. Como corolário do devido processo, teremos o contraditório, a ampla defesa, a paridade de armas, e toda a carga protetiva constitucionalmente assegurada.

Gabarito: E.

26) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

Não se admite, por caracterizar ofensa ao princípio do contraditório e do devido processo legal, a concessão de medidas judiciais inaudita altera parte no processo penal.

Comentários:

Primeira coisa, inaudita altera parte = não ouvida a outra parte. Segundo a doutrina, em casos de urgência, havendo perigo de perecimento do objeto em face da demora na prestação jurisdicional, admite-se a concessão de medidas judiciais inaudita altera parte, permissivo que não configura exceção.

Gabarito: E.

27) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

O princípio da inocência está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 e estabelece que todas as pessoas são inocentes até que se prove o contrário, razão pela qual se admite a prisão penal do réu após a produção de prova que demonstre sua culpa.

Comentários:

Previsto no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, significa dizer que ninguém será considerado culpado senão após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Este princípio possui dois desdobramentos: o primeiro, de tratamento, e, por esta razão, o réu não pode ser tratado como culpado, enquanto não advir o trânsito em julgado da condenação. Por isto, não é possível a execução provisória da pena, salvo para a concessão de benefícios penais. O segundo desdobramento é de cunho probatório, vale dizer que, por força deste princípio, deve recair sobre a acusação o ônus de provar a culpabilidade do réu.

Gabarito: E.

28) (CESPE – 2011 – STM – ANALISTA JUDICIÁRIO) No que concerne aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os seguintes itens.

A adoção do princípio da inércia no processo penal brasileiro não permite que o juiz determine, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante dos autos.

Comentários:

Este princípio, que é uma das características importadas do sistema acusatório, determina que a jurisdição é inerte e não pode ser exercida (no sentido do desencadeamento do processo) de ofício pelo juiz. Isto implica em dizer que para que se mova, precisa ser provocada. Como se

sabe, o princípio do devido processo legal exige que o órgão julgador seja submetido ao princípio da inércia, buscando garantir, ao máximo, a sua imparcialidade e equidistância das partes.

Gabarito: E.

**29) (2014 - CESPE - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Judiciária)
Com relação à aplicação da lei processual no tempo, assinale a opção correta.**

- A) Lei processual penal anterior à nova lei continuará a ser aplicada nos processos que se iniciaram sob a sua vigência.
- B) Nova lei processual penal retroage para alcançar os atos praticados na vigência da lei processual penal anterior.
- C) Nova lei processual penal tem incidência imediata nos processos já em andamento.
- D) Atos processuais realizados sob a vigência de lei processual penal anterior à nova lei serão considerados inválidos.
- E) Nova lei processual penal será aplicada apenas aos processos que se iniciarem após a sua publicação.

Comentários:

O art. 2.º do CPP dispõe que a lei processual penal será aplicada desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. Incide, enfim, o princípio *tempus regit actum*, também chamado de princípio do efeito imediato ou da aplicação imediata da lei processual, significando que o tempo rege a forma como deve revestir-se o ato processual e os efeitos que dele podem decorrer. Assim, caso no curso de um processo criminal sobrevier nova lei processual, os atos já realizados sob a égide da lei anterior manterão sua validade normal. Entretanto, os atos posteriores serão praticados segundo os termos da nova normatização.

Gabarito: C.

30) (FGV - 2014) A lei processual penal

- A) não admite aplicação analógica, em obediência ao princípio da legalidade estrita ou tipicidade expressa.
- B) admite interpretação extensiva e o suplemento dos princípios gerais de direito, por expressa disposição legal.
- C) tem aplicação imediata, devendo os atos praticados sob a vigência de lei anterior revogada ser renovados e praticados sob a égide na nova lei, sob pena de nulidade absoluta.
- D) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, não vigorando, no direito processual penal, o princípio *in reus*.

Comentários:

No caso da letra "A" está errada, pois, a lei processual penal, a com base no o art. 3º do CPP, comporta, sim, aplicação analógica; Já na letra "B", nossa resposta, por expressa disposição do art. 3º do CPP, a lei processual penal admite a interpretação extensiva bem como o suplemento dos princípios gerais de direito; As letras "C e D" estão incorretas, pois vão de encontro com o art. 2º do CPP. Adotou-se, quanto à eficácia da lei processual no tempo, o princípio da aplicação imediata ou do efeito imediato, preservando-se os atos até então praticados, que, por essa razão, não serão renovados.

Gabarito: B.**31) (2014 - CESPE - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Judiciária)**
Lei processual penal

- A) não admite interpretação sistemática.
- B) não admite aplicação analógica.
- C) não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.
- D) não deve ser interpretada sempre restritivamente.
- E) não admite interpretação extensiva.

Comentários:

No caso da nossa resposta, a letra "D", é preciso saber que em certos momentos haverá a interpretação restritiva. Que ocorre quando o intérprete conclui que a letra escrita da lei encontra-se além da mens legis, ou seja, o legislador disse mais do que pretendia, sendo necessário restringir o alcance da norma até que se consiga chegar ao sentido real. Mitiga-se, enfim, a literalidade do enunciado constante da norma, visando-se, inclusive, a evitar contradições dentro do sistema jurídico. No caso da letra "E", que está errada, fica evidente no art. 3º que "a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito."

Gabarito: D.

32) (2015 - CESPE - DPE-RN - Defensor Público Substituto) Assinale a opção correta a respeito dos sistemas de processo penal e da interpretação da lei processual penal segundo o CPP e o entendimento do STJ.

- A) De acordo com o CPP, a analogia equivale à norma penal incriminadora, protegida pela reserva legal, razão pela qual não pode ser usada contra o réu.
- B) No sistema inquisitivo, a confissão é considerada a rainha das provas e predominam nele procedimentos exclusivamente escritos.
- C) A lei processual penal veda a interpretação extensiva para prejudicar o réu.
- D) A interpretação extensiva é um processo de integração por meio do qual se aplica a uma determinada situação para a qual inexistente hipótese normativa própria um preceito que regula hipótese semelhante.
- E) Para o uso da analogia, é importante considerar a natureza do diploma de onde se deve extrair a norma reguladora.

Comentários:

A analogia consiste em estender a um caso não previsto aquilo que o legislador previu para um outro caso, desde que em igualdade de

condições. Não se deve confundir analogia com interpretação extensiva. Na analogia, reitere-se, não existe norma reguladora do caso concreto, sendo aplicada norma pertinente à hipótese semelhante. Assim, a analogia consiste no processo de integração, permitido pelo art. 3.º do CPP, por meio do qual, no silêncio da lei sobre determinada hipótese concreta, aplica-se outro preceito que regula caso semelhante.

No caso da letra "B", que é a nossa resposta, é preciso saber que no sistema inquisitivo é o juiz quem detém a reunião das funções de acusar, julgar e defender o investigado – que se restringe à mero objeto do processo. A ideia deste sistema é: o julgador é o gestor das provas, ou seja, o juiz é quem produz e conduz as provas. O sistema inquisidor possui as seguintes características:

- ✓ reunião das funções: o juiz julga, acusa e defende;
- ✓ não existem partes – o réu é mero objeto do processo penal e não sujeito de direitos;
- ✓ o processo é sigiloso, isto é, é praticado longe “aos olhos do povo”;
- ✓ inexistem garantias constitucionais, pois se o investigado é objeto, não há que se falar em contraditório, ampla defesa, devido processo legal etc.;
- ✓ a confissão é a rainha das provas (prova legal e tarifação das provas); e
- ✓ existência de presunção de culpa? O réu é culpado até que se prove o contrário.

Cabe lembrar que, à luz da doutrina pátria, o sistema adotado no Brasil é o acusatório.

Gabarito: B.

Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97)

33) (2015 – CESPE – DEPEN - Agente Penitenciário Federal - Área 3) Com base na Lei Antitortura e na Lei contra Abuso de Autoridade, julgue o item subsequente.

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Um servidor público federal, no exercício de atividade carcerária, colocou em perigo a saúde física de preso em virtude de excesso na imposição da disciplina, com a mera intenção de aplicar medida educativa, sem lhe causar sofrimento. ASSERTIVA: Nessa situação, o referido agente responderá pelo crime de tortura.

Comentários:

Pessoal, a Lei 9.455/97 no seu art. 1º, II menciona que constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, **a intenso sofrimento físico ou mental**, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Percebam que o agente agiu por excesso, e sem causar sofrimento, logo, não temos aqui o crime de tortura. Poderia se enquadrar no crime de maus-tratos (art. 136) do Código Penal.

Gabarito: E.

34) (2015 – FUNIVERSA - SEAP-DF - Agente de Atividades Penitenciárias) No que diz respeito à legislação penal extravagante, segundo entendimento do STJ e do STF, julgue o item.

A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição, para seu exercício, pelo triplo do prazo da pena aplicada.

Comentários:



Para resolver esta questão, é necessário o conhecimento do artigo 1º, § 5º da Lei 9455/97, vejamos:

*"Art. 1º - (..) § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a **interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada**"*

Gabarito: E.

35) (CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador) A respeito dos crimes contra a fé pública, contra a administração pública, de tortura e de abuso de autoridade, julgue os itens subsecutivos.

O crime de tortura é considerado crime comum, uma vez que não se exige qualidade ou condição especial do agente que o pratica, ou seja, qualquer pessoa pode ser considerada sujeito ativo desse crime.

Comentários:

Isso mesmo, no Brasil o crime de tortura, tipificado na Lei 9.455/97, em regra, é delito comum, isto é, pode ser praticado por qualquer pessoa (não exigindo qualidade ou condição especial do torturador).

Gabarito: C.

36) (CESPE - 2004 - Polícia Federal - Escrivão da Polícia Federal - Regional) Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um agente de polícia civil foi condenado a 6 anos de reclusão pela prática de tortura contra preso que estava sob sua autoridade. Nessa situação, o

policial condenado deve perder seu cargo público e, durante 12 anos, se-lhe-á vedado exercer cargos, funções ou empregos públicos.

Comentários:



Para resolver esta questão, é necessário o conhecimento do artigo 1º, § 5º da Lei 9455/97, vejamos:

*"Art. 1º - (..) § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a **interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada**"*

Gabarito: C.

37) (CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia) Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à delegacia de polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O delegado de polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental.

Considerando a situação hipotética acima e o disposto na Lei Federal n.º 9.455/1997, julgue os itens subsequentes.

O delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.

Comentários:

Negativo pessoal, o Delegado omitiu-se e tinha o dever de evitar, vejamos trechos da lei:

"Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos."

Gabarito: E.

38) (CESPE - 2012 - PC-AL - Escrivão de Polícia) Acerca dos crimes de abuso de autoridade e de tortura, julgue os itens subsequentes.

Há concurso de crimes de abuso de autoridade e de tortura se, em um mesmo contexto, mas com desígnios autônomos, dois agentes torturam

preso para que ele confesse a autoria de delito e, em seguida, o exibem, sem autorização, para as redes de televisão como suposto autor confesso do crime.

Comentários:



O STF e STJ pacificaram o entendimento de que o **crime de abuso de autoridade** não absorve nem é absorvido por nenhum crime. Prevalece na doutrina que a tortura absorve o crime de abuso de autoridade. Há posicionamento divergente, minoritário (esse caso da questão), no sentido de que pode cumular. Assim, seguimos para a sua prova, o posicionamento do STF e STJ. O CESPE, em 2010, considerou errada a seguinte questão: “O crime de tortura praticado, em qualquer de suas modalidades, por agente público no exercício de suas funções absorve, necessariamente, o delito de abuso de autoridade”.

Gabarito: C.

39) (CESPE - 2012 - TJ-AC - Técnico Judiciário - Área Judiciária) Acerca das leis penais extravagantes, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o magistério doutrinário e jurisprudencial dominantes.

Suponha que João, penalmente capaz, movido por sadismo, submeta Sebastião, com emprego de violência, a contínuo e intenso sofrimento físico, provocando-lhe lesão corporal de natureza gravíssima. Nessa situação, João deverá responder pelo crime de tortura e, se condenado, deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.

Comentários:

Pessoal, segue o entendimento de Guilherme de Souza Nucci, quanto ao crime de tortura, nos seguintes termos:

" Elemento subjetivo: exige-se o dolo, não existindo a forma culposa; Há elemento subjetivo específico: "obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa"; "provocar ação ou omissão de natureza criminosa"; "por motivo de discriminação racial ou religiosa". Limitou-se, indevidamente, o alcance do tipo da tortura. Aquele que, por exemplo, torturar alguém por sadismo, **não poderá ser inserido nesta figura criminosa**, o que é incompreensível."

Gabarito: E.

40) (2016 - UFMT - TJ-MT - Analista Judiciário - Direito) Em relação aos crimes de tortura, marque V para as afirmativas que correspondam ao tipo de crime descrito e F àquelas que não correspondem.

() Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

() Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

() Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.

() Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

Assinale a sequência correta.

A) V, V, V, V

B) F, V, F, V

C) F, F, F, F

D) V, F, V, F

Comentários:

Todos os itens estão corretos! Estão tipificados no art. 1º da Lei de Tortura. Vejamos!

"Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo."

Gabarito: A.

41) (2015 - FGV - TJ-PI - Analista Judiciário -Escrivão Judicial) Ressalvada a situação daquele que se omite, quando tinha dever de evitar ou apurar, os condenados por crime de tortura, na forma da Lei nº 9.455/97, devem cumprir a pena em regime:

- A) integralmente fechado;
- B) inicialmente fechado;
- C) inicialmente semiaberto;
- D) inicialmente semiaberto, no caso de tortura vindicativa;
- E) aberto.

Comentários:

O texto da lei menciona, no seu art.1º § 7º que será inicialmente fechado. Entretanto, o STF já se posicionou que é inconstitucional a Lei

que impõe o regime inicial fechado para os crimes hediondos e equiparados.

Em um julgado recente, o Ministro Marco Aurélio mencionou que o art. 1º, § 7º, da Lei nº 9.455/1997 seria constitucional, ou seja, seria legítima a regra que impõe o regime inicial fechado para o crime de tortura. Vejamos o julgado!

*"O condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado, nos termos do disposto no § 7º do art. 1º da Lei 9.455/1997 - Lei de Tortura. Com base nessa orientação, a Primeira Turma denegou pedido formulado em "habeas corpus", no qual se pretendia o reconhecimento de constrangimento ilegal consubstanciado na fixação, em sentença penal transitada em julgado, do cumprimento das penas impostas aos pacientes em regime inicialmente fechado. Alegavam os impetrantes a ocorrência de violação ao princípio da individualização da pena, uma vez que desrespeitados os artigos 33, § 3º, e 59 do CP. Apontavam a existência de similitude entre o disposto no artigo 1º, § 7º, da Lei de Tortura e o previsto no art. 2º, § 1º, da Lei de Crimes Hediondos, dispositivo legal que já teria sido declarado inconstitucional pelo STF no julgamento do HC 111.840/ES (DJe de 17.12.2013). Salientavam, por fim, afronta ao Enunciado 719 da Súmula do STF. **O Ministro Marco Aurélio (relator) denegou a ordem. Considerou que, no caso, a dosimetria e o regime inicial de cumprimento das penas fixadas atenderiam aos ditames legais. Asseverou não caber articular com a Lei de Crimes Hediondos, pois a regência específica (Lei 9.455/1997) prevê expressamente que o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado, o que não se confundiria com a imposição de regime de cumprimento da pena integralmente fechado. Assinalou que o legislador ordinário, em consonância com a CF/1988, teria feito uma opção válida, ao prever que, considerada a gravidade do crime de tortura, a execução da pena, ainda que fixada no mínimo legal, deveria ser cumprida***

inicialmente em regime fechado, sem prejuízo de posterior progressão. Os Ministros Roberto Barroso e Rosa Weber acompanharam o relator, com a ressalva de seus entendimentos pessoais no sentido do não conhecimento do "writ". O Ministro Luiz Fux, não obstante entender que o presente "habeas corpus" faria as vezes de revisão criminal, ante o trânsito em julgado da decisão impugnada, acompanhou o relator. HC 123316/SE, rel. Min. Marco Aurélio, 9.6.2015. (HC-123316)''

Gabarito: B.

Abuso de Autoridade (Lei n.º 4.898/65)

42) (2015 – CESPE – AGU - Advogado da União) No que se refere a crime de abuso de autoridade e ao seu processamento, julgue o próximo item.

O crime de abuso de autoridade, em todas as suas modalidades, é infração de menor potencial ofensivo, sujeitando-se seu autor às medidas despenalizadoras previstas na lei que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, desde que preenchidos os demais requisitos legais.

Comentários:

Ao analisar a pena máxima do delito de abuso de autoridade, verifica-se que é inferior a 2 anos, assim, trata-se de infração de menor potencial ofensivo. Pois, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos Lei 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Gabarito: C.

43) (FEPESE - 2014 - MPE-SC - Promotor de Justiça) Analise os enunciados das questões abaixo e assinale se ele é Certo ou Errado.

A Lei n. 4.898/65, que prevê os crimes de abuso de autoridade, é aplicável inclusive aos que exercem cargo, emprego ou função pública de natureza civil, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

Comentários:

Meus caros, o conceito de autoridade não abrange apenas policiais no exercício da função, mas todos os que exercem cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, mesmo que transitoriamente e sem remuneração.

Gabarito: C.

44) (CESPE - 2014 - Câmara dos Deputados - Técnico Legislativo - Agente de Polícia Legislativa) Em relação aos crimes previstos na parte especial do Código Penal, ao crime de abuso de autoridade e ao que dispõem o Estatuto do Idoso e a Lei contra o Preconceito, julgue os próximos itens.

A sanção penal, em abstrato, prevista para o crime de abuso de autoridade consiste em multa, detenção ou perda de cargo e inabilitação para o exercício de função pública.

Comentários:

A sanção penal será aplicada de acordo com as regras do Código Penal e consistirá em:

- ✓ **multa** de cem a cinco mil cruzeiros;
- ✓ **detenção por dez dias a seis meses;**
- ✓ **perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.**

Pessoal, gravem bem esses itens, já que tem sido cobrado nos concursos e as bancas gostam de misturar com as sanções administrativas, e as penas previstas anteriormente poderão ser **aplicadas autônoma ou cumulativamente.**

Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar **no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.**

Reforçando, a sanção administrativa será aplicada **de acordo com a gravidade** do abuso cometido e consistirá em:

- ✓ advertência;
- ✓ repreensão;
- ✓ suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens;
- ✓ destituição de função;
- ✓ demissão;
- ✓ demissão, a bem do serviço público.

Gabarito: C

45) (CESPE - 2014 - Câmara dos Deputados - Técnico Legislativo - Agente de Polícia Legislativa) Em relação aos crimes previstos na parte especial do Código Penal, ao crime de abuso de autoridade e ao que dispõem o Estatuto do Idoso e a Lei contra o Preconceito, julgue os próximos itens.

No que se refere ao crime de abuso de autoridade, admitem-se as modalidades dolosa e culposa.

Comentários:



O crime só é punido na forma dolosa! Não vamos errar isso! Não existe abuso de autoridade culposo. O dolo tem que abranger também a consciência por parte de quem está cometendo o abuso. Portanto, além do dolo é exigida a finalidade específica de abusar, de agir com arbitrariedade. Desse modo, se a autoridade, na justa intenção de

cumprir seu dever e proteger o interesse público acaba cometendo algum excesso, o ato é ilegal, mas não há crime de abuso de autoridade, ok?

Gabarito: E.

46) (CESPE - 2014 - Câmara dos Deputados - Técnico Legislativo - Agente de Polícia Legislativa) Em relação aos crimes previstos na parte especial do Código Penal, ao crime de abuso de autoridade e ao que dispõem o Estatuto do Idoso e a Lei contra o Preconceito, julgue os próximos itens.

O agente que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer a interesse ou sentimento pessoal cometerá o crime de abuso de autoridade.

Comentários:

Negativo, tal tipo está elencado no Código Penal, trata-se do crime de prevaricação, vejamos:

"Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa."

Gabarito: E.

47) (CESPE - 2013 - DEPEN - Agente Penitenciário) Em cada um dos itens de 33 a 36 é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965 e na Lei n.º 9.455/1997.

Marcelo, agente penitenciário federal, não ordenou o relaxamento da prisão de Bernardo, o qual se encontra preso sob sua custódia. Bernardo foi preso ilegalmente, fato esse que é de conhecimento de Marcelo. Nessa situação, é correto afirmar que Marcelo cometeu crime de abuso de autoridade.

Comentários:

Meus caros, fiquem atentos para não "passarem batidos", pois somente o juiz pode praticar o crime previsto no art.4, alínea d, da Lei 4.878/1965, já que, ele, e somente ele, tem competência para relaxar a prisão, o agente penitenciário não tem esta competência.

*"art.4. Lei 4.898\65 - Constitui abuso de autoridade: (...) d) deixar o **juiz** de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada."*

Gabarito: E.

48) (2016 - CESPE - TRT - 8ª Região - Analista judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) Com base na legislação penal, assinale a opção correta.

- A) A representação prevista na lei que trata dos crimes de abuso de autoridade é mera notícia do fato criminoso, inexistindo condição de procedibilidade para a instauração da ação penal.
- B) É facultado ao juiz determinar a cassação da licença de funcionamento do estabelecimento onde se verifique a submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, sem prejuízo das demais penas previstas para o crime.
- C) A perda do cargo ou função pública constitui efeito automático da condenação do servidor público acusado da prática de crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.
- D) A coabitação entre os sujeitos ativo e passivo é condição necessária para a aplicação da Lei Maria da Penha no âmbito das relações íntimas de afeto.

Comentários:

É equívoco pensar que a representação a que o dispositivo faz menção é uma condição objetiva de procedibilidade, a representação não tem tal natureza. Trata-se do direito de petição, por meio do qual se leva

ao conhecimento das autoridades públicas qualquer abuso de poder. Dessa forma, a representação tem natureza jurídica de *notitia criminis*. Quanto a letra "B", O Eca menciona que constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. Já na letra "C" a perda do cargo, apesar de constituir efeito da condenação, não será automática. Na letra "D", independe de coabitação.

Gabarito: A.

49) (2016 - CESPE - TJ-AM - Juiz Substituto) Com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965, que trata do crime de abuso de autoridade, e na jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- A) A pessoa física, mas não a pessoa jurídica, pode ser sujeito passivo do crime de abuso de autoridade.
- B) De acordo com o STJ, pode caracterizar abuso de autoridade a negativa infundada do juiz em receber advogado, durante o expediente forense, quando este estiver atuando em defesa do interesse de seu cliente.
- C) A representação da vítima, dirigida ao MP, é condição de procedibilidade para a instauração da ação penal referente ao crime de abuso de autoridade.
- D) Constitui abuso de autoridade submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento, ainda que o procedimento adotado pela autoridade policial esteja previsto em lei.
- E) Constitui crime de abuso de autoridade qualquer atentado à incolumidade física, psíquica e moral do indivíduo.

Comentários:



A negativa infundada do juiz em receber advogado durante o expediente forense, quando este estiver atuando em defesa do interesse

de seu cliente, configura ilegalidade e pode caracterizar abuso de autoridade. Esse é um posicionamento do STJ e a orientação do CNJ que, ao analisar consulta formulada por magistrado em hipótese similar, estabeleceu a seguinte premissa: 'o magistrado é sempre obrigado a receber advogados em seu gabinete de trabalho, a qualquer momento durante o expediente forense, independentemente da urgência do assunto, e independentemente de estar em meio à elaboração de qualquer despacho, decisão ou sentença, ou mesmo em meio a uma reunião de trabalho.

Gabarito: B.

50) (2016 - CESPE - TJ-DF - Juiz) A respeito do crime de abuso de autoridade, assinale a opção correta à luz da atual legislação de regência.

- A) Em caso de abuso de autoridade cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, poderá ser cominada pena autônoma ou acessória, consistente em não poder o acusado exercer funções de natureza policial pelo prazo de um a cinco anos.
- B) O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade é toda autoridade pública, considerada como tal o funcionário público que exerça cargo, emprego ou função em caráter efetivo e remunerado.
- C) O mesário eleitoral exerce múnus público, motivo pelo qual não pratica o crime de abuso de autoridade, pois o encargo que lhe incumbe não é típico de autoridade pública.
- D) O particular não pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade, salvo se praticar o fato criminoso em concurso com o funcionário público e se tiver consciência dessa condição elementar.
- E) As ações penais relativas aos crimes de abuso de autoridade são públicas, condicionadas à representação da vítima.

Comentários:

No caso da letra "A" está errada, pois a norma menciona que, quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar **no município da culpa**, por prazo de um a cinco anos. A letra "B" está também errada, pois, considera-se autoridade, para o efeito desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública de natureza civil, militar, ainda que na transitoriedade e sem remuneração. A letra "C" está também errada, pois equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. E o mesário se enquadra aqui! Já na letra "D", nossa resposta, é preciso saber que o particular sozinho jamais poderá responder por abuso de autoridade. Entretanto, é admitido se ele praticar o fato em concurso com funcionário público e souber dessa condição elementar de funcionário público do outro. E para fechar, a letra "E" está errada, pois a ação penal nos crimes tratados pela Lei 4.898/65 é pública incondicionada.

Gabarito: D.

Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90)

51) (2015 – CESPE - TJ-DF - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) A respeito dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo de até terceiro grau, de agente da Polícia Rodoviária Federal e integrante do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, em razão dessa condição.

Comentários:

Pessoal, aqui temos novidade, incluída pela Lei nº 13.142, de 2015. A lei 8.072/90 passou a ter o inciso I-A no seu art. 1º. Assim, tanto a lesão corporal de natureza gravíssima, bem como, a seguida de morte, caso seja praticadas contra autoridades ou agentes policiais, militares, do sistema prisional, serão crimes hediondos. Só não esqueçam que essa proteção alcança os parentes também. Vejamos:

“Art. 1º (...) I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2o) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3o), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;”

Conforme sempre venho falando, as bancas gostam de novidades, principalmente o CESPE.

Gabarito: C.

52) (CESPE - 2014 - TJ-SE - Analista Judiciário - Direito) Julgue os itens subsecutivos, acerca de crime e aplicação de penas.

Considere que um indivíduo tenha sido condenado por crime hediondo. Nesse caso, para que possa requerer progressão de regime de pena, esse indivíduo deve cumprir dois quintos da pena que lhe foi imputada, se for primário, e três quintos dessa pena, se for reincidente.

Comentários:

Isso mesmo, segundo o art. 2º no seu § 2º: "a progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de **2/5 (dois quintos)** da pena, se o apenado for primário, e de **3/5 (três quintos)**, se reincidente."

Gabarito: C.

53) (CESPE - 2013 - PG-DF – Procurador) Com referência às penas e à sua aplicação, julgue os seguintes itens.

Desde que o STF declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2.º, § 1.º, da Lei n.º 8.072/1990 (“A pena por crime previsto neste artigo [crime hediondo] será cumprida inicialmente em regime fechado”), não é mais obrigatória a fixação do regime inicial fechado para o condenado pelo crime de tráfico de entorpecentes, podendo a pena privativa de liberdade ser substituída por restritivas de direitos quando o réu for primário e sem antecedentes e não ficar provado que ele se dedique ao crime ou esteja envolvido com organização criminosa.

Comentários:



Isso mesmo, o Supremo declarou incidentalmente a inconstitucionalidade, assim, não é mais obrigatória a fixação do regime inicial fechado para o condenado pelo crime de tráfico de entorpecentes, podendo a pena privativa de liberdade ser substituída por restritivas de direitos quando o **réu for primário e sem antecedentes e não ficar provado que ele se dedique ao crime ou esteja envolvido com organização criminosa.**

Gabarito: C.

54) (CESPE - 2013 - SEGESP-AL – Papiloscopista) Julgue os itens a seguir, acerca de crimes contra a administração pública, crimes hediondos e crimes contra a pessoa.

É vedada a concessão de fiança à pessoa plenamente capaz que cometer homicídio simples, por ser considerado crime hediondo, e a pena a ser aplicada nesse caso será cumprida no regime inicialmente fechado.

Comentários:



O STF declarou inconstitucional este § 1º do art. 2º, pois a norma viola o princípio constitucional da individualização da pena (art. 5º, XLVI, CF), já que obrigava o juiz a sempre condenar o réu ao regime integralmente fechado independentemente do caso concreto e das circunstâncias pessoais do réu, além disso, a norma proibi a progressão de regime de cumprimento de pena.

Gabarito: E.

55) (CESPE - 2013 - PRF - Policial Rodoviário Federal) No que se refere aos delitos previstos na parte especial do CP, julgue os itens.

Considera-se crime hediondo o homicídio culposo na condução de veículo automotor, quando comprovada a embriaguez do condutor.

Comentários:



Aqui temos novidade (inciso I-A) incluída em 2015, pela Lei 13.142! Vejamos os crimes:

*Art. 1º **São considerados hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994) (Vide Lei nº 7.210, de 1984)*

*I – **homicídio (art. 121)**, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII); (Redação dada pela Lei nº 13.142, de 2015)*

I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2o) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3o), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

II - latrocínio (art. 157, § 3o, in fine); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2o); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

IV - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, caput, e §§ 1o, 2o e 3o); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

V - estupro (art. 213, caput e §§ 1o e 2o); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1o, 2o, 3o e 4o); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1o). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

VII-A – (VETADO) (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1o, § 1o-A e § 1o-B, com a redação dada pela Lei no 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de

vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º). (Incluído pela Lei nº 12.978, de 2014)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1o, 2o e 3o da Lei no 2.889, de 1o de outubro de 1956, tentado ou consumado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

Gabarito: E.

56) (CESPE - 2013 - DEPEN - Agente Penitenciário) No tocante à Lei n.º 10.826/2003 e aos crimes hediondos, julgue os itens que se seguem.

Considere que um indivíduo, reincidente, seja condenado, definitivamente, a quinze anos de reclusão em regime inicial fechado, devido à prática de crime hediondo. Nessa situação, é correto afirmar que esse indivíduo somente progredirá de regime do cumprimento da pena após cumprir nove anos de reclusão.

Comentários:

O §2º do artigo 2º da Lei 8.072/90 dispõe que a progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado **for primário**, e de 3/5 (três quintos) **se reincidente**. Como o indivíduo foi condenado a 15 anos de reclusão e é reincidente, a progressão do regime se dará com o cumprimento de 3/5 da pena (9 anos).

Gabarito: C.

57) (2015 - FGV - TJ-PI - Analista Judiciário - Oficial de Justiça e Avaliador) Constituem crimes hediondos, EXCETO:

- A) homicídio em atividade típica de grupo de extermínio praticada por um agente só;
- B) epidemia com resultado morte;

- C) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável;
- D) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal;
- E) lesão corporal seguida de morte, quando praticada contra integrante do sistema prisional.

Comentários:

Vejam os quais são os crimes hediondos!

*"Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, **consumados ou tentados**:*

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII);

I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;

II - latrocínio (art. 157, § 3º, in fine);

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º);

IV - extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, caput, e §§ 1º, 2º e 3º);

V - estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º);

VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º);

VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º);

VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1o, § 1o-A e § 1o-B, com a redação dada pela Lei no 9.677, de 2 de julho de 1998);

VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º)."

Gabarito: D.

58) (2015 - FUNIVERSA - PC-DF - Delegado de Polícia) A respeito dos crimes hediondos, assinale a alternativa correta com base na legislação de regência.

- A) O crime de epidemia com resultado morte não é considerado hediondo.
- B) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto, embora lhes seja admitida fiança.
- C) A pena do condenado por crime hediondo deverá ser cumprida em regime integralmente fechado, apesar de haver precedente jurisprudencial em que se admite o cumprimento da pena em regime inicialmente fechado.
- D) Se o crime hediondo de extorsão mediante sequestro for cometido por quadrilha ou bando, o coautor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, será beneficiado com a redução da pena de um a dois terços.
- E) Entre os crimes hediondos previstos na lei, apenas as condutas consumadas são consideradas hediondas; as tentadas configuram a modalidade simples de crime.

Comentários:

A letra "D" é a nossa resposta. Fica evidente que o art. 159, § 4º, menciona que "se o crime é cometido por quadrilha ou bando, o co-autor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços." A letra "A" está errada, pois

vimos que o crime de epidemia com resultado morte é considerado hediondo. Na letra "B", os crimes hediondos não são passíveis de fiança. Apesar de uma decisão isolada do Ministro Marco Aurélio, é inconstitucional (STF) o cumprimento da pena em regime inicialmente fechado. Já na letra "E", serão considerados hediondos os crimes elencados na Lei na forma consumada ou tentada.

Gabarito: D.



1-C	2-E	3-C	4-E	5-C
6-E	7-C	8-E	9-E	10-E
11-E	12-C	13-B	14-C	15-B
16-C	17-C	18-C	19-E	20-E
21-C	22-C	23-C	24-C	25-E
26-E	27-E	28-E	29-C	30-B
31-D	32-B	33-E	34-E	35-C
36-C	37-E	38-C	39-E	40-A
41-B	42-C	43-C	44-C	45-E
46-E	47-E	48-A	49-B	50-D
51-C	52-C	53-C	54-E	55-E
56-C	57-D	58-D		

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.